



FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME TABIRA

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Órgão Realizador do Certame:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME TABIRA/PE

Rua Eduardo Domingues de Lima, Nº 466, Centro Tabira – PE CEP: 56.780-000

Tel: (87) 99633-8771

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 48.626.721/0001-38, doravante denominado simplesmente ORC, torna público, para conhecimento dos interessados, que **AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME TABIRA/PE**, realizará licitação na modalidade **pregão**, na forma **eletrônica**, com critério de julgamento **menor preço do item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019**, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste edital. **Lei complementar nº 123/06 e 147/2014, subsidiariamente, pela lei nº 8.666/93 e demais legislação, sob as condições estabelecidas neste ato convocatório e anexos.**

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

ÓRGÃOS INTERESSADO:	PREFEITURA MUNICIPAL
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:	13H:00M DO DIA 24/04/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	13H:00M DO DIA 03/05/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	08H:00M DO DIA 08/05/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	08H:30M DO DIA 08/05/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	ABERTO

DATA DA SESSÃO: 08/05/2024

HORÁRIO: 08h30min

LOCAL: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS em: www.portaldecompraspublicas.com.br

Obs.: Todas as referências de tempo observam o horário de Brasília e, desta forma, serão registrados no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

O Edital estará disponível gratuitamente na página eletrônica da PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA-PE através do link: <https://www.tabira.pe.gov.br/> e nos seguintes endereços eletrônicos; e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação;

receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e



encaminhar o processo devidamente instruído a Senhora Secretária de Educação Célia Cristina Brito Sales Cipriano e propor a homologação.

1. DO OBJETO.

1.1. A presente licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor valor por lance em ITEM ofertado tem por objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TABIRA/PE PARA O EXERCÍCIO 2024, Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014.** Em conformidade com os modelos e características do Termo de Referência deste Edital - Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por Item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes do objeto da presente licitação, correrão por conta da seguinte dotação 2024:

Órgão: 40.000 Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 40.200 Departamento de Desenv. Educacional e Adm. Escolar

Ação: 12.361.4002.2.093 - Manutenção do Programa Salário Educação – QSE

Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de Recursos: 550 - Transferência do Salário-Educação

Órgão: 40.000 Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 40.100 Secretaria Municipal de Educação

Ação: 12.361.2001.2.015 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação

Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de Recursos: 500.1001 - Recursos não vinculados de Impostos – Educação

Órgão: 40.000 Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 40.300 FUNDEB - Fundo de Manut. Desenv. da Educação Básica

Ação: 12.361.4002.2.033 - Manutenção das Atividades Administrativas do FUNDEB (30%)

Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de Recursos: 540.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos/ 541.0000 -

Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. A participação nesta licitação é restrita às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e que apresentem a documentação solicitada no local, dia e horário informados no preâmbulo deste Edital.



4.2. - Consideram-se Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) aptos à participação no presente certame, aqueles que preenchem os requisitos do art. 3.º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, alterado pela Lei Complementar n.º 147/2014 NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:

4.2.1 - Consórcios, grupos ou agrupamentos de pessoas jurídicas ou físicas e jurídicas;

4.2.2 - Empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pelo Município de Tabira;

4.2.3 - Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

4.1 COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

4.1.4 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.1.4.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.1.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.1.5 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.1.6 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.1.7 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.1.8 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.1.9 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.1.10 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1 O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

6.1.4 Valor unitário e total para cada item (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.5 Marca de cada item ofertado;

6.1.6 Fabricante de cada item ofertado;

6.1.7 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.4 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.5 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.6 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.4 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**.

7.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.



- 7.10 Será adotado para o envio de lances no **pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.14** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.
- 7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.22 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.26 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 7.27 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



7.28 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 3º, § 2º, da LEI Nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

7.28.4 Produzidos no país;

7.28.5 Produzidos por empresas brasileiras;

7.28.6 Produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.7 Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.29 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.30 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.5 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (DUAS) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.4 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (DUAS) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.4 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.5 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

8.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade



8.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.4 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.5 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO.

Documentação obrigatória para habilitação, com fulcro **no Art. 40, do Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019**, conforme segue:

Art. 40. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal e trabalhista;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas estaduais, distrital e municipais, quando necessário; e

VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do caput do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

9.1.1 Possuir Cadastro do Portal de Compras Públicas;

9.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.5.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.5.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.5.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.



9.1.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.7 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.2.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (DUAS), sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoeempreendedor.gov.br;

9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;



9.9 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

9.9.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

9.9.3 Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Quanto a Dívida Ativa e Certidão de Quitação de Tributos ou Certidão Conjunta) do domicílio ou sede do licitante, fornecida pela Secretaria da Receita Federal SRF, na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

9.9.4 Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.5 Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pela Caixa, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.9.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em atendimento à Lei Federal nº 12.440/11.

9.9.7 **CERTIDÃO SIMPLIFICADA**, emitida pela Junta comercial do Estado, para os participantes dos itens exclusivos.

9.10 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.10.1 Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante em **processo judicial eletrônico e físico**, com data não superior a 60 (sessenta) dias contados da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

9.10.1.1 As empresas que sejam do Estado de Pernambuco além de apresentar a certidão negativa de processos cíveis física, devem emitir a certidão negativa de processos cíveis em 1º e 2º grau (PJE) para pessoa jurídica, para licitação no site: (<https://www.tjpe.jus.br/certidaopje/xhtml/main.xhtml>);

Observação: De acordo com a Instrução Normativa nº 1.124 de 06 de novembro de 2015, do Exmº. Sr. Presidente do TJPE, publicado no DOJ de 09/11/2015, a partir do dia 15/02/2016 passa a ser obrigatório o PJe (Processo Judicial Eletrônico) nas Varas Cíveis.

9.10.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do **último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

Observação: serão considerados e aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados.

9.10.2.1 - Sociedades regidas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das Sociedades Anônimas:

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.10.2.2 - Sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.10.2.3 - Lei nº 123, de 05 de dezembro de 2006 – 14 de dezembro de 2006 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte:



- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.10.2.4 - Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.10.2.5 - O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. Com base nos dados extraídos do Balanço Patrimonial será avaliada a capacidade financeira da empresa, devendo ser atendidos os seguintes índices:

a) Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante} \geq 1,00$$

b) Índice de Liquidez Geral

$$ILG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \div \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo} \geq 1,00$$

*Exigível Total = Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo.

9.10.3 - Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, Prefeitura Municipal de Tabira se reservará ao direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelas licitantes;

9.10.4 - Quando se tratar de empresa com menos de 01 (um) ano de atividade, o balanço a ser apresentado será o Balanço de Abertura;

9.10.5 - Ficam as empresas MEI – Microempreendedor Individual dispensadas de apresentar o constante no subitem 9.4.2, no que tange ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis.

9.11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.11.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

9.12 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa com fulcro no § 1º, art. 43, da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

9.14 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regulariza.

9.15 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



9.17 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, após o prazo de abertura de negociação, sob pena de desclassificação o não envio, demonstrando a falta de interesse em assumir os itens, a mesmo deverá:

10.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS.

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.1 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.1.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.1.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.1.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.3 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:



12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019

Art. 48. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

[...] omissis

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou **se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado**, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 49.

15.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.3. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;



15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação será contado da assinatura do mesmo até **31 DE DEZEMBRO DE 2024** e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.7. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, quando for o caso será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

16.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

17.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

18.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19 DO PAGAMENTO.

19.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Comete infração administrativa, nos termos do Art. 49, do Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1 não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- 20.1.2 não entregar a documentação exigida no edital;
- 20.1.3 apresentar documentação falsa;
- 20.1.4 causar o atraso na execução do objeto;
- 20.1.5 não manter a proposta;
- 20.1.6 falhar na execução do contrato;
- 20.1.7 fraudar a execução do contrato;
- 20.1.8 comportar-se de modo inidôneo;
- 20.1.9 declarar informações falsas; e
- 20.1.10 cometer fraude fiscal.



20.2. O atraso injustificado ou retardamento no fornecimento objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. N° 86, da Lei N° 8666/93.

20.2.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com **A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA**, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

20.3. A inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo N° 87, da Lei N° 8.666/93:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TABIRA, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICÍPIO DE TABIRA, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. N° 87 da Lei N° 8.666/93, c/c art. N° 7° da Lei N° 10.520/02 e art. N° 14 do Decreto N° 3.555/00.

20.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

20.5. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.5.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **PRÁTICA CONLUIADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

21.1 Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2 A **IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.**

21.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **até 02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.

21.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



21.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

21.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 21 parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

21.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21.9 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

21.10 Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

21.11 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

22.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, com fulcro no **Art. 47, do Decreto Federal 10.024 de 20 de setembro de 2019**, conforme segue:

Art. 47. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



22.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.10.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.12 A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA**, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.12.1 A anulação do pregão induz à do contrato.

22.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.13 É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.14 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.tabira.pe.gov.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos na **Sala de Reuniões com a Equipe de Pregão, no Endereço Rua Albertina Xavier Pires, 239 Centro Tabira-PE**, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 13:00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.15 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II** – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
- ANEXO III** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;
- ANEXO IV** – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;
- ANEXO V** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;
- ANEXO VI** – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;
- ANEXO VII** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
- ANEXO VIII** – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
- ANEXO IX** – MINUTA DO CONTRATO;

Tabira-PE, 22 de abril de 2024.

Gustavo Souza de Melo
Pregoeiro

Célia Cristina Brito Sales Cipriano
Secretária de Educação



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1. OBJETIVO.

A presente licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo menor valor por lance do item ofertado que tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TABIRA/PE PARA O EXERCÍCIO 2024, Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014**, Em conformidade com o Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste Edital.

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	ABRAÇADEIRA TIPO U 1 32 mm	ud	27	R\$ 0,90	R\$ 24,30
2	ABRAÇADEIRA TIPO U 1.1/2 50 mm	ud	27	R\$ 1,80	R\$ 48,60
3	ABRAÇADEIRA TIPO U 3/4 25 mm	ud	27	R\$ 0,80	R\$ 21,60
4	ACAL HIDRATADO P/PINTURA SACO COM 10kg	ud	73	R\$ 14,50	R\$ 1.058,50
5	ADAPTADOR FLANGE SOLDÁVEL PARA CAIXA D`ÁGUA 25 mm	ud	15	R\$ 8,90	R\$ 133,50
6	ADAPTADOR FLANGE SOLDÁVEL PARA CAIXA D`ÁGUA 50 mm	ud	15	R\$ 14,50	R\$ 217,50
7	ADESIVO EPX 1 kg	ud	3	R\$ 100,00	R\$ 300,00
8	ADESIVO PVC 75G	ud	15	R\$ 5,60	R\$ 84,00
9	ALAVANCA 7/8 X 1,5 mt	ud	3	R\$ 140,00	R\$ 420,00
10	ALICATE PORTA ELETRODO DE 500a PROFISSIONAL	ud	3	R\$ 33,50	R\$ 100,50
11	ALIZAR DE PORTA	m	20	R\$ 56,00	R\$ 1.120,00
12	ARAME FARPADO 500 m	ud	13	R\$ 480,00	R\$ 6.240,00
13	ARAME GALVANIZADO FIO 16	kg	27	R\$ 27,00	R\$ 729,00
14	ARAME RECUZIDO 18	kg	27	R\$ 25,00	R\$ 675,00
15	AREIA FINA	m³	67	R\$ 80,00	R\$ 5.360,00
16	AREIA MÉDIA	m³	67	R\$ 80,00	R\$ 5.360,00
17	ARGAMASSA ACI SACO 20kg	ud	83	R\$ 14,50	R\$ 1.203,50
18	ASSENTO UNIVERSAL ALMOFADADO	ud	10	R\$ 67,00	R\$ 670,00
19	ASSENTO UNIVERSAL SIMPLES	ud	10	R\$ 28,00	R\$ 280,00
20	BACIA CONVENCINONAL BRANCA	ud	20	R\$ 198,00	R\$ 3.960,00
21	BACIA SANITARIA C/ CAIXA ACLOPADA	ud	3	R\$ 390,00	R\$ 1.170,00
22	BALDE DE 100L	ud	15	R\$ 60,00	R\$ 900,00
23	BALDE P/ PINTURA 15LT	ud	15	R\$ 35,00	R\$ 525,00
24	BARRA CHATA 1/2	m	15	R\$ 17,30	R\$ 259,50
25	BARRA CHATA 3/4	m	15	R\$ 34,90	R\$ 523,50
26	BARRA ROSCAVEL 1/4	ud	12	R\$ 8,90	R\$ 106,80
27	BARRA ROSCAVEL 3/16	ud	12	R\$ 5,00	R\$ 60,00
28	BARRA ROSCAVEL 3/4	ud	12	R\$ 67,00	R\$ 804,00
29	BARRA ROSCAVEL 3/8	ud	12	R\$ 13,35	R\$ 160,20
30	BARRA ROSCAVEL 5/16	ud	12	R\$ 12,25	R\$ 147,00
31	BARRO PARA CONSTRUÇÃO	m³	40	R\$ 80,00	R\$ 3.200,00
32	BARROTE 6 X 6 cm	m	100	R\$ 13,00	R\$ 1.300,00
33	BISNAGA DE TINTA	ud	38	R\$ 5,60	R\$ 212,80
34	BITS PONTEIRA FENDA P/ PARAFUSADEIRA	ud	22	R\$ 10,00	R\$ 220,00
35	BITS PONTEIRA PHILIPS P/ PARAFUSADEIRA	ud	22	R\$ 10,00	R\$ 220,00
36	BLOCO DE CIMENTO 20X40 cm	ud	1000	R\$ 1,40	R\$ 1.400,00
37	BOCAL SOQUETE LÂMPADA E27 2a C/ RABICHO	ud	15	R\$ 3,90	R\$ 58,50



38	BOCAL SOQUETE LÂMPADA E27 SEM RABICHO	ud	15	R\$ 3,90	R\$ 58,50
39	BOTA EM COURO COM SOLADO DE PNEU	ud	6	R\$ 63,00	R\$ 378,00
40	BOTA PARA EPI SOLADO PU	ud	7	R\$ 45,00	R\$ 315,00
41	BOTA PVC BRANCA CANA LONGA	ud	7	R\$ 43,35	R\$ 303,45
42	BROCA AÇO RAPIDO 1/2	ud	7	R\$ 30,00	R\$ 210,00
43	BROCA AÇO RAPIDO 3/16	ud	7	R\$ 6,70	R\$ 46,90
44	BROCA AÇO RAPIDO 3/8	ud	7	R\$ 18,00	R\$ 126,00
45	BROCA DE VIDEA 10MM	ud	7	R\$ 11,20	R\$ 78,40
46	BROCA DE VIDEA 8MM	ud	7	R\$ 8,90	R\$ 62,30
47	BROXAS P/ PINTURA RETANGULAR	ud	15	R\$ 6,70	R\$ 100,50
48	BUCHA DE PARAFUSO 10mm	ud	30	R\$ 0,12	R\$ 3,60
49	BUCHA DE PARAFUSO 12mm	ud	30	R\$ 0,17	R\$ 5,10
50	BUCHA DE PARAFUSO 6mm	ud	30	R\$ 0,07	R\$ 2,10
51	BUCHA DE PARAFUSO 8mm	ud	30	R\$ 0,12	R\$ 3,60
52	BUCHA DE REDUÇÃO 25X20 SOLDÁVEL CURTA	ud	16	R\$ 0,60	R\$ 9,60
53	BUCHA DE REDUÇÃO 32X20 SOLDÁVEL CURTA	ud	16	R\$ 2,25	R\$ 36,00
54	BUCHA DE REDUÇÃO 32X25 SOLDÁVEL CURTA	ud	16	R\$ 1,25	R\$ 20,00
55	BUCHA DE REDUÇÃO 50X40 SOLDÁVEL CURTA	ud	16	R\$ 4,00	R\$ 64,00
56	BUCHA DE REDUÇÃO 60X50 SOLDÁVEL CURTA	ud	16	R\$ 5,60	R\$ 89,60
57	CABINHO FLEX 1.5 mm	m	200	R\$ 1,85	R\$ 370,00
58	CABINHO FLEX 2.5 mm	m	180	R\$ 2,80	R\$ 504,00
59	CABINHO FLEX DE 4 mm	m	50	R\$ 4,70	R\$ 235,00
60	CABINHO FLEX DE 6 mm	m	30	R\$ 7,40	R\$ 222,00
61	CABINHO FLEXIVEL DE 25 mm	m	15	R\$ 25,00	R\$ 375,00
62	CABO DE ENXADA COM 1.5 mt	ud	15	R\$ 16,80	R\$ 252,00
63	CABO DE PÁ EM Y	ud	15	R\$ 20,00	R\$ 300,00
64	CABO PARA FOICE	ud	15	R\$ 22,25	R\$ 333,75
65	CABO PICARETE E CHIBANCA	ud	15	R\$ 23,00	R\$ 345,00
66	CABO PP 2 X 2,5	m	30	R\$ 7,80	R\$ 234,00
67	CADEADO 30 mm	m	15	R\$ 20,00	R\$ 300,00
68	CADEADO 40 mm	ud	15	R\$ 30,50	R\$ 457,50
69	CADEADO 50 mm	ud	15	R\$ 43,00	R\$ 645,00
70	CADEADO 60 mm	ud	15	R\$ 89,00	R\$ 1.335,00
71	CAIBRO	m	300	R\$ 7,80	R\$ 2.340,00
72	CAIXA D'ÁGUA 1000L POLIETILENO	ud	6	R\$ 445,00	R\$ 2.670,00
73	CAIXA D'ÁGUA 500L POLIETILENO	ud	8	R\$ 278,00	R\$ 2.224,00
74	CAIXA D'AGUA 10000L POLIETILENO	ud	1	R\$ 7.300,00	R\$ 7.300,00
75	CAIXA D'AGUA 2000L POLIETILENO	ud	6	R\$ 1.120,00	R\$ 6.720,00
76	CAIXA D'AGUA 5000L POLIETILENO	ud	2	R\$ 3.500,00	R\$ 7.000,00
77	CAIXA DE LUZ OCTOGONAL 4x4	ud	43	R\$ 5,60	R\$ 240,80
78	CAIXA DE LUZ PAREDE 4x2	ud	186	R\$ 1,80	R\$ 334,80
79	CAIXA DE MEDIÇÃO TRIFÁSICA	ud	6	R\$ 177,00	R\$ 1.062,00
80	CAIXA DE MEIDÇAO MONOFÁSICA	ud	16	R\$ 70,00	R\$ 1.120,00
81	CAIXA DE PORTA DE MADEIRA 2,10 X 0,62	ud	20	R\$ 170,00	R\$ 3.400,00
82	CAIXA DE PORTA DE MADEIRA 2,10 X 0,72	ud	20	R\$ 170,00	R\$ 3.400,00
83	CAIXA DE PORTA DE MADEIRA 2.10 X 0.82	ud	20	R\$ 170,00	R\$ 3.400,00
84	CAIXA DE PORTA DE MADEIRA 2.10 X 0.92	ud	23	R\$ 190,00	R\$ 4.370,00
85	CAIXA SIFONADA 100 X 75 X 75 mm QUADRADA	ud	8	R\$ 39,00	R\$ 312,00
86	CAIXA SIFONADA QUADRADA 100 X 100 X 50 mm	ud	30	R\$ 15,00	R\$ 450,00
87	CAIXA SIFONADA REDONDA 100 X 100 X 50 mm	ud	30	R\$ 14,50	R\$ 435,00
88	CAIXOTE PLÁSTICO 150L PARA MASSA	ud	5	R\$ 30,00	R\$ 150,00



89	CAIXOTE PLÁSTICO 500L PARA MASSA	ud	5	R\$ 100,00	R\$ 500,00
90	CÂMARA DE AR P/ CARRO DE MÃO 3.5 X 8	ud	20	R\$ 26,00	R\$ 520,00
91	CANALETA BARRA C/ ADESIVO PARA FIXAÇÃO 2 X 1 X 200 cm	ud	43	R\$ 10,00	R\$ 430,00
92	CANALETA C/ ADESIVO 2 X 1,2 X 200 cm SISTEMA X	ud	30	R\$ 10,00	R\$ 300,00
93	CANALETA C/ TAMPAS E DIVISÃO 4 cm	ud	23	R\$ 30,00	R\$ 690,00
94	CANO PVC 20 mm SOLDÁVEL COM 6 m	ud	113	R\$ 20,00	R\$ 2.260,00
95	CANO PVC 25 mm SOLDÁVEL COM 6 m	ud	86	R\$ 28,20	R\$ 2.425,20
96	CANO PVC 32 mm SOLDÁVEL COM 6 m	ud	43	R\$ 54,00	R\$ 2.322,00
97	CANO PVC 50 mm SOLDÁVEL COM 6 m	ud	16	R\$ 113,40	R\$ 1.814,40
98	CANO PVC 60 mm SOLDÁVEL COM 6 m	ud	12	R\$ 159,00	R\$ 1.908,00
99	CANO PVC ESGOTO 100 mm COM 6 m	ud	53	R\$ 100,00	R\$ 5.300,00
100	CANO PVC ESGOTO 150 mm COM 6 m	ud	13	R\$ 288,00	R\$ 3.744,00
101	CANO PVC ESGOTO 200 mm COM 6 m	ud	10	R\$ 600,00	R\$ 6.000,00
102	CANO PVC ESGOTO 40 mm COM 6 m	ud	30	R\$ 40,20	R\$ 1.206,00
103	CANO PVC ESGOTO 50 mm COM 6 m	ud	20	R\$ 73,50	R\$ 1.470,00
104	CANTONEIRA L DE FERRO 1 X 1/8 BARRA COM 6 m	ud	43	R\$ 80,00	R\$ 3.440,00
105	CAPACETE DE SEGURANÇA EPI	ud	30	R\$ 16,80	R\$ 504,00
106	CARRINHO DE MÃO 60LT C/ PNEU DE CÂMARA COMPLETO	ud	11	R\$ 280,00	R\$ 3.080,00
107	CATALIZADOR 30g	ud	12	R\$ 6,70	R\$ 80,40
108	CAVADEIRA ARTICULADA C/ CABO DE 1.20 mt	ud	9	R\$ 45,00	R\$ 405,00
109	CHAPA AÇO 16	m	5	R\$ 353,00	R\$ 1.765,00
110	CHAPA AÇO 18	m	5	R\$ 283,00	R\$ 1.415,00
111	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADO 10 mm 2.44 X 1.70 m	ud	33	R\$ 110,00	R\$ 3.630,00
112	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADO 15 mm 2.44 X 1.70 m	ud	26	R\$ 150,00	R\$ 3.900,00
113	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADO 20 mm 2.44 X 1.70 m	ud	20	R\$ 190,00	R\$ 3.800,00
114	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADO 3 mm 2.44 X 1.70 m	ud	20	R\$ 80,00	R\$ 1.600,00
115	CHAPA DE ZINCO 100 cm	m	100	R\$ 85,00	R\$ 8.500,00
116	CHAPA DE ZINCO 70 cm	m	20	R\$ 60,00	R\$ 1.200,00
117	CHAPA DE ZINCO 80 cm	m	23	R\$ 70,00	R\$ 1.610,00
118	CHIBANCA COM CABO	ud	10	R\$ 90,00	R\$ 900,00
119	CHUVEIRO 4 POL. COM BRAÇO PLÁSTICO	ud	30	R\$ 7,80	R\$ 234,00
120	CILINDRO COM CHAVE PRA FECHADURA EXTERNA	ud	30	R\$ 28,00	R\$ 840,00
121	CIMENTO CP2 Z 32 SACO COM 50 kg	ud	800	R\$ 37,00	R\$ 29.600,00
122	COLA ADESIVO PARA CANO PVC 175g	ud	30	R\$ 15,00	R\$ 450,00
123	COLA ADESIVO PARA CANO PVC 17g	ud	23	R\$ 2,25	R\$ 51,75
124	COLA ADESIVO PVA BRANCA 1 kg	kg	113	R\$ 16,80	R\$ 1.898,40
125	COLETE REFLETIVO DE SEGURANÇA PARA USO INDIVIDUAL	ud	30	R\$ 45,00	R\$ 1.350,00
126	COLHER DE PEDREIRO 10 pol.	ud	18	R\$ 30,00	R\$ 540,00
127	CONE SINALIZAÇÃO PVC TRÂNSITO SEGURANÇA LARANJA E BRANCO 75 cm	ud	33	R\$ 52,00	R\$ 1.716,00
128	CONE SINALIZAÇÃO PVC TRÂNSITO SEGURANÇA PRETO E AMARELO 75 cm	ud	30	R\$ 52,00	R\$ 1.560,00
129	CONECTOR P/ HASTE 1/2	ud	25	R\$ 3,35	R\$ 83,75
130	CONTRA FERRUGEM	ud	23	R\$ 11,20	R\$ 257,60
131	CORANTE PIGMENTO LÍQUIDO 50 ml	ud	30	R\$ 5,60	R\$ 168,00
132	CORANTE PIGMENTO PÓ 500g	ud	30	R\$ 17,00	R\$ 510,00
133	CORDA DE NYLON 10 mm	m	30	R\$ 2,25	R\$ 67,50
134	CORDA DE NYLON 4 mm	m	30	R\$ 0,80	R\$ 24,00
135	CORDA DE NYLON 6 mm	m	30	R\$ 1,20	R\$ 36,00
136	CORDA DE NYLON 8 mm	m	30	R\$ 1,30	R\$ 39,00



137	CORDA DE SEDA 1,5 mm	m	30	R\$ 0,50	R\$ 15,00
138	CORDA DE SEDA 10 mm	m	113	R\$ 1,90	R\$ 214,70
139	CORDA DE SEDA 12 mm	m	63	R\$ 2,50	R\$ 157,50
140	CORDA DE SEDA 14 mm	m	63	R\$ 4,00	R\$ 252,00
141	CORDA DE SEDA 2,5 mm	m	40	R\$ 0,56	R\$ 22,40
142	CORDA DE SEDA 4 mm	m	66	R\$ 0,70	R\$ 46,20
143	CORDA DE SEDA 8 mm	m	66	R\$ 1,12	R\$ 73,92
144	CORRENTE DE FERRO GALV. 5 mm	m	30	R\$ 22,30	R\$ 669,00
145	CORRENTE DE FERRO GALV. 6 mm	m	33	R\$ 30,00	R\$ 990,00
146	CORRUGADO CONDUITE 3/4	m	133	R\$ 1,80	R\$ 239,40
147	CUMEEIRA DE FIBROCIMENTO	ud	30	R\$ 78,00	R\$ 2.340,00
148	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA CABO EM MADEIRA 12 X 24 cm	ud	13	R\$ 14,50	R\$ 188,50
149	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA CABO EM MADEIRA 12 X 35 cm	ud	13	R\$ 14,50	R\$ 188,50
150	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA CABO EM MADEIRA 12 X 40 cm	ud	13	R\$ 30,00	R\$ 390,00
151	DESEMPENADEIRA PVC 18 X 30 cm	ud	13	R\$ 15,00	R\$ 195,00
152	DISCO DE CORTE 14" POLEGADAS PARA METAL	ud	30	R\$ 33,00	R\$ 990,00
153	DISCO DE CORTE 4" POLEGADAS PARA METAL	ud	133	R\$ 2,80	R\$ 372,40
154	DISCO DE CORTE DIAMANTADO 110 mm	ud	33	R\$ 15,00	R\$ 495,00
155	DISCO DIAMANTADO 7" POLEGADAS	ud	23	R\$ 67,00	R\$ 1.541,00
156	DISCO SERRA CIRCULAR P/ MADEIRA 36 DENTES 7" POLEGADAS	ud	23	R\$ 45,00	R\$ 1.035,00
157	DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 16a ATÉ 32a	ud	43	R\$ 11,20	R\$ 481,60
158	DISJUNTOR DIN TRIFÁSICO 16a ATÉ 32a	ud	23	R\$ 60,00	R\$ 1.380,00
159	DOBRADIÇAS 3.1/2 PORTA	ud	66	R\$ 2,80	R\$ 184,80
160	DOBRADIÇAS CHUMBAR 4" POL	ud	33	R\$ 8,20	R\$ 270,60
161	ELETROLDO DE SOLDA 2.5 mm	kg	46	R\$ 29,00	R\$ 1.334,00
162	ELETROLDO DE SOLDA 4 mm	kg	80	R\$ 26,80	R\$ 2.144,00
163	ENGATE FLEXÍVEL PVC 40 cm	ud	33	R\$ 4,50	R\$ 148,50
164	ENGATE FLEXÍVEL PVC 50 cm	ud	33	R\$ 6,70	R\$ 221,10
165	ENGATE FLEXÍVEL PVC 60 cm	ud	33	R\$ 7,80	R\$ 257,40
166	ENXADA LARGA COM CABO	ud	33	R\$ 16,80	R\$ 554,40
167	ESCADA ARTICULADA 13 EM 1 ALUMÍNIO 4X3	ud	2	R\$ 635,00	R\$ 1.270,00
168	ESCADA DE ALUMÍNIO 5 DEGRAUS	ud	3	R\$ 240,00	R\$ 720,00
169	ESCADA DE ALUMÍNIO 6 DEGRAUS	ud	3	R\$ 280,00	R\$ 840,00
170	ESCOVA DE AÇO	ud	16	R\$ 5,60	R\$ 89,60
171	ESMERILHADEIRA ANGULAR 7POL.	ud	2	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
172	ESPATULA DE AÇO CROMADA 10 cm	ud	13	R\$ 11,20	R\$ 145,60
173	ESTACA DE CONCRETO	ud	83	R\$ 33,00	R\$ 2.739,00
174	ESTANTE DE AÇO COM PLATELEIRAS	ud	6	R\$ 200,00	R\$ 1.200,00
175	ESTRIBO DE AÇO 4,2 mm 17X17	ud	100	R\$ 1,50	R\$ 150,00
176	ESTRIBO DE AÇO 4,2 mm 7X17	ud	133	R\$ 0,92	R\$ 122,36
177	FECHADURA EXTERNA	ud	30	R\$ 56,00	R\$ 1.680,00
178	FECHADURA INTERNA	ud	30	R\$ 42,50	R\$ 1.275,00
179	FECHADURA P/ PORTÃO DE SOBREPOR	ud	30	R\$ 67,00	R\$ 2.010,00
180	FITA CREPE 19 mm X 50 m	ud	33	R\$ 5,20	R\$ 171,60
181	FITA DEMARCAÇÃO 7 cm X 200 mt AMARELA/PRETA	ud	36	R\$ 16,80	R\$ 604,80
182	FITA DUPLA FACE 12 mm	m	66	R\$ 3,35	R\$ 221,10
183	FITA ISOLANTE 10 mt	ud	66	R\$ 3,90	R\$ 257,40
184	FITA ISOLANTE 20 mt	ud	66	R\$ 6,70	R\$ 442,20



185	FITA VEDA ROSCA 12 mm X 10 mt	ud	33	R\$ 1,70	R\$ 56,10
186	FIXADOR DE TINTA 50 g	ud	33	R\$ 1,40	R\$ 46,20
187	FOICE ROÇADEIRA ABERTA SEM CABO	ud	30	R\$ 27,80	R\$ 834,00
188	FOICE ROÇADEIRA SEM CABO	ud	30	R\$ 27,80	R\$ 834,00
189	FORRO DE PVC BRANCO FRISADO 200 X 8 mm - RÉGUA 4 mts	ud	53	R\$ 31,00	R\$ 1.643,00
190	FORRO DE PVC BRANCO FRISADO 200 X 8 mm - RÉGUA 6 mts	ud	43	R\$ 45,50	R\$ 1.956,50
191	FORRO DE PVC BRANCO LISO 200 X 8 mm - RÉGUA 6 mts	ud	26	R\$ 60,00	R\$ 1.560,00
192	FURADEIRA 700X220W	ud	2	R\$ 450,00	R\$ 900,00
193	FURADEIRA BOCH	ud	2	R\$ 250,00	R\$ 500,00
194	GESSO LENTO PADRÃO 40 kg	ud	30	R\$ 20,00	R\$ 600,00
195	GESSO RÁPIDO PADRÃO 40 kg	ud	30	R\$ 20,00	R\$ 600,00
196	GLOBO BOLA BOCA 150X300 mm PLÁSTICO	ud	16	R\$ 45,00	R\$ 720,00
197	GRAMPO PARA CERCAS DE ARAME FARPADO	kg	30	R\$ 24,50	R\$ 735,00
198	HASTE DE ATERRAMENTO 1/2X 1,2 mts	ud	10	R\$ 20,00	R\$ 200,00
199	IMPERMEABILIZANTE LT	ud	20	R\$ 16,80	R\$ 336,00
200	IMPERMEABILIZANTE TECPLUS TOP QUARTZOLIT 18 kg	ud	23	R\$ 95,00	R\$ 2.185,00
201	INTERRUPTOR 1 SEÇÃO COM TOMADA 10a COM PLACA 4 X 2	ud	30	R\$ 12,30	R\$ 369,00
202	INTERRUPTOR 1 SEÇÃO COM TOMADA 20a COM PLACA 4 X 2	ud	30	R\$ 13,30	R\$ 399,00
203	INTERRUPTOR 2 SEÇÕES COM TOMADA 20a COM PLACA	ud	30	R\$ 15,60	R\$ 468,00
204	JANELA ALUMÍNIO 1.00 X 0.80	ud	10	R\$ 210,00	R\$ 2.100,00
205	JANELA ALUMÍNIO 1.00 X 1.00	ud	10	R\$ 225,00	R\$ 2.250,00
206	JOELHO COTOVELO 90° LR SOLDÁVEL COM ROSCA 20 mm X 1/2	ud	66	R\$ 2,00	R\$ 132,00
207	JOELHO COTOVELO 90° LR SOLDÁVEL COM ROSCA 25 mm X 1/2	ud	46	R\$ 2,25	R\$ 103,50
208	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 45° 100 mm	ud	20	R\$ 12,25	R\$ 245,00
209	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 45° 150 mm	ud	13	R\$ 35,00	R\$ 455,00
210	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 45° 200 mm	ud	6	R\$ 180,00	R\$ 1.080,00
211	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 45° 40 mm	ud	20	R\$ 2,60	R\$ 52,00
212	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 45° 75 mm	ud	13	R\$ 12,25	R\$ 159,25
213	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 90° 100 mm	ud	66	R\$ 6,70	R\$ 442,20
214	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 90° 150 mm	ud	30	R\$ 44,50	R\$ 1.335,00
215	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 90° 200 mm	ud	6	R\$ 160,00	R\$ 960,00
216	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 90° 40 mm	ud	33	R\$ 1,40	R\$ 46,20
217	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 90° 75 mm	ud	20	R\$ 6,70	R\$ 134,00
218	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 45° 20 mm	ud	33	R\$ 1,10	R\$ 36,30
219	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 45° 25 mm	ud	20	R\$ 2,00	R\$ 40,00
220	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 45° 32 mm	ud	13	R\$ 3,35	R\$ 43,55
221	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 45° 50 mm	ud	13	R\$ 9,90	R\$ 128,70
222	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 90° 20 mm	ud	66	R\$ 0,56	R\$ 36,96
223	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 90° 25 mm	ud	46	R\$ 0,70	R\$ 32,20
224	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 90° 32 mm	ud	20	R\$ 2,25	R\$ 45,00
225	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 90° 50 mm	ud	13	R\$ 6,00	R\$ 78,00
226	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 90° 60 mm	ud	13	R\$ 28,00	R\$ 364,00
227	KIT DE BANHEIRO SIMPLES	ud	30	R\$ 35,00	R\$ 1.050,00
228	KIT REPARO DE REGISTRO PRESSÃO CHUVEIRO	ud	33	R\$ 18,00	R\$ 594,00
229	KIT REPARO UNIVERSAL PARA CAIXA ACOPLADA	ud	30	R\$ 80,00	R\$ 2.400,00
230	LAJE PREMOLDADA	m ²	43	R\$ 60,00	R\$ 2.580,00



231	LAMINA DE SERRA 300 mm	ud	46	R\$ 10,00	R\$ 460,00
232	LAPADA LED BULBO 50W	ud	80	R\$ 105,00	R\$ 8.400,00
233	LAVATÓRIO DE LOUÇA COM COLUNA	ud	18	R\$ 208,50	R\$ 3.753,00
234	LAVATÓRIO DE LOUÇA SUSPENÇO BRANCO	ud	18	R\$ 112,00	R\$ 2.016,00
235	LINHA DE PEDREIRO LIZA 50MT	ud	13	R\$ 5,60	R\$ 72,80
236	LIXA DE FERRO 100 A 220	ud	66	R\$ 2,80	R\$ 184,80
237	LIXADEIRA 7POL. 1400W	ud	2	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00
238	LIXEIRA CESTO BALDE GRANDE LIXÃO 60 LITROS COM TAMP	ud	18	R\$ 60,00	R\$ 1.080,00
239	LUMIN. P/ POSTE COM BRAÇO	ud	13	R\$ 89,00	R\$ 1.157,00
240	LUVA DE COURO CURTA (12 cm RASPA)	par	33	R\$ 13,00	R\$ 429,00
241	LUVA DE COURO LONGA (14 cm RASPA)	par	33	R\$ 16,80	R\$ 554,40
242	LUVA DE PVC FORRADA 45 cm	par	30	R\$ 30,00	R\$ 900,00
243	LUVA LATEX REFORÇADA G	ud	63	R\$ 11,20	R\$ 705,60
244	LUVA PIGMENTADA G	par	46	R\$ 5,00	R\$ 230,00
245	LUVA PVC PRETA 56 cm	ud	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00
246	LUVA SOLDÁVEL 20 mm	ud	66	R\$ 0,60	R\$ 39,60
247	LUVA SOLDÁVEL 25 mm	ud	33	R\$ 0,70	R\$ 23,10
248	LUVA SOLDÁVEL 32 mm	ud	20	R\$ 2,60	R\$ 52,00
249	LUVA SOLDÁVEL 50 mm	ud	6	R\$ 5,60	R\$ 33,60
250	MAKITA (SERRA MARMORE 1.400W)	ud	2	R\$ 425,00	R\$ 850,00
251	MALHA POP 15 X 15 TELA 3 X 2 FERRO 3.4 mm	ud	16	R\$ 89,00	R\$ 1.424,00
252	MALHA POP 20 X 20 TELA 3 X 2 FERRO 3.4 mm	ud	15	R\$ 70,00	R\$ 1.050,00
253	MANGUEIRA DE JARDIM SILICONE 20 m	ud	6	R\$ 45,00	R\$ 270,00
254	MANGUEIRA DE JARDIM TRANÇADA 20 m	ud	6	R\$ 60,00	R\$ 360,00
255	MANGUEIRA SUCÇÃO AZUL ÁGUA CAMINHÃO PIPA 2 POL	m	13	R\$ 45,00	R\$ 585,00
256	MANGUEIRA SUCÇÃO AZUL ÁGUA CAMINHÃO PIPA 3 POL	m	12	R\$ 80,00	R\$ 960,00
257	MANGUEIRA SUCÇÃO AZUL ÁGUA CAMINHÃO PIPA 4 POL	m	12	R\$ 140,00	R\$ 1.680,00
258	MANGUEIRA SUCÇÃO AZUL ÁGUA CAMINHÃO PIPA 6 POL	m	12	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
259	MANTA DE FIBRA DE VIDRO	kg	6	R\$ 12,50	R\$ 75,00
260	MAQUINA DE SOLDA 250A	ud	2	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00
261	MARRETA COM CABO 1kg	ud	6	R\$ 30,00	R\$ 180,00
262	MARRETA COM CABO 5kg	ud	6	R\$ 160,00	R\$ 960,00
263	MARTELETE ROMPEDOR 16 kg	ud	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
264	MARTELO CABO DE FIBRA 29 mm	ud	6	R\$ 50,00	R\$ 300,00
265	MASCARA DE SOLDA COMUM	ud	6	R\$ 28,00	R\$ 168,00
266	MASSA CORRIDA ACRILICA 18 lts	ud	40	R\$ 95,00	R\$ 3.800,00
267	MASSA CORRIDA PVA 25 kg	ud	40	R\$ 44,50	R\$ 1.780,00
268	MEIO-FIO	m	66	R\$ 20,00	R\$ 1.320,00
269	MOTO SERRA	ud	2	R\$ 1.050,00	R\$ 2.100,00
270	NÍVEL PROFISSIONAL DE ALUMÍNIO DE 300 mm	ud	3	R\$ 22,00	R\$ 66,00
271	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	ud	33	R\$ 6,70	R\$ 221,10
272	PÁ DE BICO C/ CABO	ud	33	R\$ 40,00	R\$ 1.320,00
273	PÁ QUADRADA C/ CABO	ud	33	R\$ 40,00	R\$ 1.320,00
274	PARAF. MITTOFIX 4.0 X 40	ud	100	R\$ 0,18	R\$ 18,00
275	PARAF. MITTOFIX 5.0 X 40	ud	100	R\$ 0,20	R\$ 20,00
276	PARAFUSO 10 COM BUCHA	ud	80	R\$ 0,50	R\$ 40,00
277	PARAFUSO AUTO BROCANTE 1/4 X 3/4 SEXTAVADO	ud	133	R\$ 0,15	R\$ 19,95
278	PARAFUSO AUTO BROCANTE 4,2 X 13 PHILLIPS	ud	200	R\$ 0,45	R\$ 90,00



279	PARAFUSO LATONADO PARA VASO SANITÁRIO COM BUCHA 10 mm	ud	46	R\$ 1,90	R\$ 87,40
280	PARAFUSO LATONADO PARA VASO SANITÁRIO COM BUCHA 12 mm	ud	33	R\$ 3,00	R\$ 99,00
281	PARAFUSO PHILLIPS 4.5 / 40 mm	ud	46	R\$ 0,19	R\$ 8,74
282	PARAFUSO SEXT ROSCA SUB 1/4 X 60 mm	ud	133	R\$ 0,83	R\$ 110,39
283	PARAFUSO SEXT ROSCA SUB 5/16 X 60 mm	ud	133	R\$ 1,20	R\$ 159,60
284	PEDRA BRITADA	m ³	50	R\$ 162,00	R\$ 8.100,00
285	PEDRA MURETA (MILHEIRO)	ud	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
286	PEDRA PARALELEPÍPEDO (MILHEIRO)	ud	13	R\$ 700,00	R\$ 9.100,00
287	PEDRA RACHÃO	m ³	9	R\$ 150,00	R\$ 1.350,00
288	PENEIRA AREIA	ud	6	R\$ 30,00	R\$ 180,00
289	PERFIL U 2" X 2 mm BARRA	ud	6	R\$ 116,00	R\$ 696,00
290	PERFIL U 3" X 2 mm BARRA	ud	6	R\$ 184,00	R\$ 1.104,00
291	PERFIL U 4" X 2 mm BARRA	ud	6	R\$ 211,00	R\$ 1.266,00
292	PIA COZINHA 100 X 50 cm	ud	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
293	PIA COZINHA 120 X 55 cm	ud	10	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
294	PICARETE COM CABO	ud	13	R\$ 90,00	R\$ 1.170,00
295	PILAR 7 X 17 cm 6 mts	ud	33	R\$ 130,00	R\$ 4.290,00
296	PINO FEMEA 2P+T 10A	ud	20	R\$ 3,00	R\$ 60,00
297	PINO MACHO 2P+T 10A	ud	20	R\$ 3,00	R\$ 60,00
298	PISO CERAMICA 30 X 60 PEI 4 TIPO A	m ²	266	R\$ 36,70	R\$ 9.762,20
299	PISO CERAMICA 40 X 40 PEI 4 TIPO A	m ²	266	R\$ 33,35	R\$ 8.871,10
300	PISO CERAMICA 45 X 45 PEI 4 TIPO A	m ²	266	R\$ 33,35	R\$ 8.871,10
301	PISO CERÂMICO ANTIDERRAPANTE 57 X 57 cm	m ²	266	R\$ 36,70	R\$ 9.762,20
302	PNEU P/CARRINHO DE MÃO COMPLETO RODA/ PNEU/ CAMARA	ud	20	R\$ 90,00	R\$ 1.800,00
303	PNEU RECICLADO 3.25X8/19MM3/4	ud	6	R\$ 80,00	R\$ 480,00
304	PNEU RECICLADO 3.25X8/27MM1	m ²	6	R\$ 80,00	R\$ 480,00
305	PÓ DE PEDRA BRITADA	m ³	3	R\$ 150,00	R\$ 450,00
306	PORCELANATO 60 X 60 cm POLIDO	ud	33	R\$ 45,00	R\$ 1.485,00
307	PORTA MIOLO SEMI OCO 60 X 210 X 3,5 Cm	ud	18	R\$ 135,00	R\$ 2.430,00
308	PORTA MIOLO SEMI OCO 70 X 210 X 3,5 Cm	ud	18	R\$ 135,00	R\$ 2.430,00
309	PORTA MIOLO SEMI OCO 80 X 210 X 3,5 Cm	ud	30	R\$ 135,00	R\$ 4.050,00
310	PORTA MIOLO SEMI OCO 90 X 210 X 3,5 Cm	ud	18	R\$ 145,00	R\$ 2.610,00
311	PREGO 12 X 12 SEM CABEÇA 1kg	ud	20	R\$ 40,00	R\$ 800,00
312	PREGO 17 X 21 COM CABEÇA 1kg	ud	20	R\$ 25,00	R\$ 500,00
313	PREGO 17 X 27 COM CABEÇA 1kg	ud	33	R\$ 24,50	R\$ 808,50
314	PREGO 18 X 24 COM CABEÇA 1kg	ud	33	R\$ 24,50	R\$ 808,50
315	PREGO 18 X 30 COM CABEÇA 1kg	ud	20	R\$ 24,50	R\$ 490,00
316	PREGO 19 X 36 COM CABEÇA 1kg	ud	20	R\$ 24,50	R\$ 490,00
317	PREGO A15 X 15 SEM CABEÇA 1kg	ud	20	R\$ 25,50	R\$ 510,00
318	PREGO COM CABEÇA 8 X 8 1kg	ud	20	R\$ 40,00	R\$ 800,00
319	PREGO TELHEIRO 18 X 27 500g	ud	33	R\$ 16,80	R\$ 554,40
320	PREGO TELHEIRO 18 X 30 500g	ud	33	R\$ 16,80	R\$ 554,40
321	PRUMO DE PAREDE EM AÇO 750g	ud	13	R\$ 35,00	R\$ 455,00
322	RASTELO 12 DENTES COM CABO	ud	13	R\$ 30,00	R\$ 390,00
323	RASTELO 12 DENTES SEM CABO	ud	20	R\$ 25,00	R\$ 500,00
324	RASTELO 14 DENTES COM CABO	ud	20	R\$ 33,35	R\$ 667,00
325	RASTELO 14 DENTES SEM CABO	ud	20	R\$ 28,00	R\$ 560,00
326	REBITE POP ALUMÍNIO 306	ud	66	R\$ 0,15	R\$ 9,90
327	REBITE POP ALUMÍNIO 308	ud	66	R\$ 0,15	R\$ 9,90



328	REBITE POP ALUMÍNIO 310	ud	66	R\$ 0,15	R\$ 9,90
329	REBITE POP ALUMÍNIO 412	ud	66	R\$ 0,18	R\$ 11,88
330	REBITE POP ALUMÍNIO 416	ud	66	R\$ 0,20	R\$ 13,20
331	REGISTRO ESFERA METAL 2 POLEGADAS	ud	8	R\$ 200,00	R\$ 1.600,00
332	REGISTRO ESFERA METAL 3 POLEGADAS	ud	8	R\$ 250,00	R\$ 2.000,00
333	REGISTRO ESFERA METAL 4 POLEGADAS	ud	8	R\$ 300,00	R\$ 2.400,00
334	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL PVC 20 mm	ud	20	R\$ 7,00	R\$ 140,00
335	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL PVC 25 mm	ud	20	R\$ 8,90	R\$ 178,00
336	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL PVC 32 mm	ud	14	R\$ 15,00	R\$ 210,00
337	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL PVC 40 mm	ud	6	R\$ 24,50	R\$ 147,00
338	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL PVC 50 mm	ud	6	R\$ 26,50	R\$ 159,00
339	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL PVC 60 mm	ud	6	R\$ 56,00	R\$ 336,00
340	REGUA DE ALUMÍNIO PARA PEDREIRO 2 mts	ud	3	R\$ 60,00	R\$ 180,00
341	REJUNTE FLEXÍVEL	kg	100	R\$ 5,60	R\$ 560,00
342	RODAFORRO PVC BARRA COM 6 mts	ud	46	R\$ 45,00	R\$ 2.070,00
343	ROLO DE ESPUMA 23 CM	ud	20	R\$ 14,50	R\$ 290,00
344	ROLO DE ESPUMA 9 CM	ud	13	R\$ 5,60	R\$ 72,80
345	ROLO DE PINTURA 100% LÃ DE CARNEIRO PADRÃO COM CABO 23 cm	ud	30	R\$ 30,00	R\$ 900,00
346	ROLO DE PINTURA LÃ SINTÉTICA ANTI RESPINGO COM CABO 23 cm	ud	33	R\$ 16,70	R\$ 551,10
347	SERROTE 24POL.	ud	4	R\$ 35,00	R\$ 140,00
348	SIFÃO DUPLO SANFONADO	ud	13	R\$ 15,00	R\$ 195,00
349	SIFÃO SIMPLES SANFONADO	ud	33	R\$ 7,80	R\$ 257,40
350	SOLEIRA MARMORE 1 mt	ud	6	R\$ 70,00	R\$ 420,00
351	SOLEIRA MARMORE 60 cm	ud	13	R\$ 54,00	R\$ 702,00
352	SOLEIRA MARMORE 70 cm	ud	13	R\$ 57,00	R\$ 741,00
353	SOLEIRA MARMORE 80 cm	ud	20	R\$ 63,00	R\$ 1.260,00
354	SOLEIRA MARMORE 90 cm	ud	13	R\$ 67,00	R\$ 871,00
355	TÁBUA PINUS 30 X 300 cm	m	66	R\$ 50,00	R\$ 3.300,00
356	TALHADEIRA 5/8 X 12POL.	ud	6	R\$ 15,00	R\$ 90,00
357	TÊ 90° BRANCO ROSCAVEL PVC 20 mm	ud	20	R\$ 4,50	R\$ 90,00
358	TÊ 90° BRANCO ROSCAVEL PVC 25 mm	ud	20	R\$ 6,70	R\$ 134,00
359	TÊ 90° ESGOTO PVC 100 mm	ud	33	R\$ 15,00	R\$ 495,00
360	TÊ 90° ESGOTO PVC 150 mm	ud	20	R\$ 40,00	R\$ 800,00
361	TÊ 90° ESGOTO PVC 200 mm	ud	6	R\$ 230,00	R\$ 1.380,00
362	TÊ 90° ESGOTO PVC 40 mm	ud	20	R\$ 3,35	R\$ 67,00
363	TÊ 90° ESGOTO PVC 75 mm	ud	20	R\$ 16,80	R\$ 336,00
364	TÊ 90° SOLDÁVEL COM ROSCA CENTRAL PVC 20 mm	ud	33	R\$ 3,95	R\$ 130,35
365	TÊ 90° SOLDÁVEL COM ROSCA CENTRAL PVC 25 mm	ud	20	R\$ 4,50	R\$ 90,00
366	TÊ 90° SOLDÁVEL PVC 20 mm	ud	33	R\$ 0,90	R\$ 29,70
367	TÊ 90° SOLDÁVEL PVC 25 mm	ud	20	R\$ 0,95	R\$ 19,00
368	TÊ 90° SOLDÁVEL PVC 32 mm	ud	13	R\$ 4,45	R\$ 57,85
369	TÊ 90° SOLDÁVEL PVC 40 mm	ud	13	R\$ 12,25	R\$ 159,25
370	TÊ 90° SOLDÁVEL PVC 50 mm	ud	6	R\$ 12,25	R\$ 73,50
371	TÊ 90° SOLDÁVEL PVC 60 mm	ud	6	R\$ 33,35	R\$ 200,10
372	TELA POLIESTER IMPERMEABILIZAÇÃO	m	33	R\$ 12,00	R\$ 396,00
373	TELHA FIBROCIMENTO 244 X 140 cm X 5 mm	ud	46	R\$ 100,00	R\$ 4.600,00
374	TELHA FIBROCIMENTO 244 X 50 cm X 4 mm	ud	46	R\$ 25,00	R\$ 1.150,00
375	TELHA METALICA 600 X 110 cm	ud	6	R\$ 360,00	R\$ 2.160,00
376	TESOURA PODA PROFISSIONAL JARDINAGEM	ud	6	R\$ 53,00	R\$ 318,00
377	THINER 1L	ud	20	R\$ 17,80	R\$ 356,00



378	THINER MARCA ANJO 5 lts	ud	20	R\$ 109,00	R\$ 2.180,00
379	THINER MARCA ANJO 900 ml	ud	20	R\$ 20,00	R\$ 400,00
380	TIJOLO BLOCO 6 FUIROS	ud	13000	R\$ 0,80	R\$ 10.400,00
381	TIJOLO BLOCO 8 FUIROS	ud	10000	R\$ 0,80	R\$ 8.000,00
382	TINTA DE PISO 15 lt	ud	6	R\$ 230,00	R\$ 1.380,00
383	TINTA DE PISO 900ML	ud	33	R\$ 22,25	R\$ 734,25
384	TINTA DE PISO COM 18 LT	ud	13	R\$ 260,00	R\$ 3.380,00
385	TINTA ESMALTE EXTRA RÁPIDA 3,6 ml	ud	20	R\$ 78,00	R\$ 1.560,00
386	TINTA ESMALTE EXTRA RÁPIDA 900 ml	ud	20	R\$ 25,00	R\$ 500,00
387	TINTA LATEX ACRIL. 18 lt EXTERNA REDIMENTO 450A 500 ² mt	ud	40	R\$ 168,00	R\$ 6.720,00
388	TINTA LATEX ACRIL. INT.REDIMENTO 250 A 300 ² mt	ud	40	R\$ 80,00	R\$ 3.200,00
389	TINTA PISO (GALÃO) 3.6 ml	ud	33	R\$ 57,00	R\$ 1.881,00
390	TORNEIRA BOIA 1/2 P/ CAIXA D'ÁGUA	ud	13	R\$ 11,20	R\$ 145,60
391	TORNEIRA BOIA 3/4 P/ CAIXA D'AGUA	ud	13	R\$ 11,20	R\$ 145,60
392	TORNEIRA DE FILTRO ALAVANCA SUPERIOR	ud	20	R\$ 10,00	R\$ 200,00
393	TORNEIRA DE JARDIM PLÁSTICA PRETA 1/2	ud	33	R\$ 3,90	R\$ 128,70
394	TORNEIRA DE JARDIM PLÁSTICA PRETA 3/4	ud	33	R\$ 3,90	R\$ 128,70
395	TORNEIRA DE TANQUE / JARDIM LUXO 1/4	ud	13	R\$ 78,00	R\$ 1.014,00
396	TORNEIRA INOX PARA PIA TIPO 1162	ud	20	R\$ 78,00	R\$ 1.560,00
397	TORNEIRA PLASTICA 15CM PARA PIA COM CHUVEIRO	ud	26	R\$ 7,80	R\$ 202,80
398	TRELIÇA FERRO AÇO NERVURADO 6 m	ud	53	R\$ 53,00	R\$ 2.809,00
399	TRENA EM AÇO DE 5 MT	ud	13	R\$ 15,00	R\$ 195,00
400	TRENA EM FIBRA ABERTA 50 MT	ud	6	R\$ 70,00	R\$ 420,00
401	TRINCHA DE 1.1/2	ud	33	R\$ 3,90	R\$ 128,70
402	TRINCHA DE 2"	ud	33	R\$ 5,00	R\$ 165,00
403	TRINCHA DE 4"	ud	33	R\$ 11,20	R\$ 369,60
404	TUBO ELETRODUTO 3/4	ud	20	R\$ 14,50	R\$ 290,00
405	TUBO METALON GALV. 15 X 15 COM 6 m	ud	16	R\$ 43,00	R\$ 688,00
406	TUBO METALON GALV. 20 X 20 COM 6 m	ud	16	R\$ 52,45	R\$ 839,20
407	TUBO METALON GALV. 30 X 30 COM 6 m	ud	16	R\$ 85,00	R\$ 1.360,00
408	VALVULA LAVATORIO (PLASTICO E INOX)	ud	33	R\$ 9,00	R\$ 297,00
409	VALVULA PARA MICTORIO	ud	20	R\$ 120,00	R\$ 2.400,00
410	VASSOURA PRA FOLHA COM CABO	ud	33	R\$ 30,00	R\$ 990,00
411	VASSOURÃO COM CABO P/ GARI	ud	33	R\$ 25,00	R\$ 825,00
412	VEDA CALHA 280g	ud	20	R\$ 18,50	R\$ 370,00
413	VEDANEL DE CERA P/ BACIA	ud	20	R\$ 7,80	R\$ 156,00
414	VERGALHÃO AÇO NERVURADO 10 mm 12 m	ud	133	R\$ 71,00	R\$ 9.443,00
415	VERGALHÃO AÇO NERVURADO 12,5 mm 12 m	ud	30	R\$ 120,00	R\$ 3.600,00
416	VERGALHÃO AÇO NERVURADO 5 mm 12 m	ud	33	R\$ 27,00	R\$ 891,00
417	VERGALHÃO AÇO NERVURADO 6,3 mm 12 m	ud	20	R\$ 37,00	R\$ 740,00
418	VERGALHÃO AÇO NERVURADO 8 mm 12 m	ud	133	R\$ 48,00	R\$ 6.384,00
419	ZARCÃO COM 3,6 ml	ud	20	R\$ 86,00	R\$ 1.720,00
420	perfil metalico U 4" na parede 2,65mm barra com 6 metros	barra	75	R\$ 100,00	R\$ 7.500,00
421	CANTONEIRA L DE FERRO 1/4 X 1 1/8 BARRA COM 6 m	barra	125	R\$ 80,00	R\$ 10.000,00
422	perfil metalico U 2" na parede 2,00mm barra com 6 metros	barra	40	R\$ 80,00	R\$ 3.200,00
423	perfil metalico U 3" na parede 2,65mm barra com 6 metros	barra	50	R\$ 120,00	R\$ 6.000,00
424	barra roscada bicromatizada 0 3/8" x 3000mm barra de 2 metros	barra	15	R\$ 10,00	R\$ 150,00
425	vergalhao (tirante) com roscal total 0 3/8 1000mm	metro	80	R\$ 55,00	R\$ 4.400,00
426	porca sextava 3/8	unid	60	R\$ 0,25	R\$ 15,00
427	chapa aço grossa preta 1/4 (6,3mm) 49,39kg/m ² kg	chapa	1	R\$ 850,00	R\$ 850,00



428	telha de aço / alumínio E=0,5mm cor natural	m ²	500	R\$ 45,00	R\$ 22.500,00
TOTAL					R\$ 579.824,50

1.2 Valor global para o referido item corresponde ao valor de R\$ 579.824,50 (quinhentos e setenta e nove mil oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos)., referente aos 428 (quatrocentos e vinte e oito) itens.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1 AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME TABIRA/PE, em face da necessidade de contratação de empresa especializada no fornecimento de material de limpeza em geral para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Tabira-PE, justifica a abertura do presente procedimento licitatório, para manter os trabalhos administrativos e operacionais rotineiros dos setores. Bem como, manter os serviços públicos em níveis aceitáveis ao funcionamento dos trabalhos, para o cumprimento de sua finalidade com eficiência, continuidade e economia.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS.

3.1. A natureza do objeto a ser contratado é aquisição de bens, com fulcro no **§ 3º, Artigo 1º, do Decreto 10.024, de 20 de setembro 2019**, e as especificações dos materiais estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado, conforme segue:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

[...] omissis.

§ 3º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1 O prazo de entrega dos produtos deverá ser de **05 (cinco) dias úteis** em conformidade com este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pela Secretaria Municipal de Educação de Tabira, o local de entrega será na sede da Secretaria Municipal de Educação de Tabira situada na Rua Eduardo Domingues de Lima, Nº 455, Centro, Tabira – PE CEP: 56780-000.

4.1 O(s) materiais poderá (ão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **até 02 (dois) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.2 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.3 O(s) materiais serão recebidos provisoriamente por servidor(a) designado(a) pela SECRETARIA SOLICITANTE, após conferência da Nota fiscal com a proposta de preços e Termo de Referência, Anexo I, e conseqüentemente realizando a aceitação.

4.5. O(s) materiais poderão ser rejeitados quando em desacordo com o exigido neste Edital e seus anexos.

4.6. Ainda que seja recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da Lei, a responsabilidade da contratada pela validade do objeto.

4.7. A contratada deverá fazer a entrega do (s) materiais no endereço indicado na Autorização de Fornecimento/expedição da Ordem de Compras, de segunda a sexta feira no horário de funcionamento normal do órgão.

4.8. O(s) produto (s)deverá ser entregue adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

4.9. Quando for o caso, os volumes contendo o (s) materiais deverão estar ainda, identificados externamente com os dados constantes da Nota Fiscal e o endereço de entrega.

5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1 São obrigações da Contratante:



5.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

6.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7 DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

9.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



10 DO PAGAMENTO.

10.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1 Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação

10.14 Financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11 DO REAJUSTE.

11.1 Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada ou contratante, os preços contratados poderão sofrer reajuste de acordo com os ajustes decorrentes de altas em itens que variam muito de mercado tais como: papel, lápis, clips dentre outros.

11.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

12 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 49, do Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019, o licitante/adjudicatário que

13.1.1 não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

13.1.2 não entregar a documentação exigida no edital;

13.1.3 apresentar documentação falsa;

13.1.4 causar o atraso na execução do objeto;

13.1.5 não mantiver a proposta;

13.1.6 falhar na execução do contrato;

13.1.7 fraudar a execução do contrato;

13.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

13.1.9 declarar informações falsas; e

13.1.10 cometer fraude fiscal.

13.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1 **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;



13.2.2 O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. N° 86, da Lei N° 8666/93;

13.2.3 Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6 Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da **PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA**, pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3 As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n° 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n° 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei n° 9.784, de 1999.

13.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12 As penalidades serão obrigatoriamente publicadas nos órgãos Oficiais de Imprensa do Município.



14 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

14.1 As despesas decorrentes do objeto da presente licitação, correrão por conta da seguinte dotação: Decorrente da Lei que dispõe sobre o Orçamento Público Municipal para o exercício financeiro de 2024:

Órgão: 40.000 Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 40.200 Departamento de Desenv. Educacional e Adm. Escolar

Ação: 12.361.4002.2.093 - Manutenção do Programa Salário Educação – QSE

Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de Recursos: 550 - Transferência do Salário-Educação

Órgão: 40.000 Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 40.100 Secretaria Municipal de Educação

Ação: 12.361.2001.2.015 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação

Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de Recursos: 500.1001 - Recursos não vinculados de Impostos – Educação

Órgão: 40.000 Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 40.300 FUNDEB - Fundo de Manut. Desenv. da Educação Básica

Ação: 12.361.4002.2.033 - Manutenção das Atividades Administrativas do FUNDEB (30%)

Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de Recursos: 540.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos/ 541.0000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF

15. CONDIÇÕES GERAIS.

15.1. Os materiais adquiridos objeto desta licitação deverá ser fornecidos; nos termos do Art. 73, inc. II, alíneas A e B, da Lei Federal N° 8.666/93 e alterações, salvo os casos elencados no Art. 74 do mesmo diploma legal.

15.2. Prazo De Fornecimento: Durante A Vigência Do Contrato;

15.3. Prazo de Validade da Proposta: 60 (Sessenta) dias consecutivos.

15.4. A responsabilidade pelas cotações de preços / pesquisas de preços são das secretarias demandante.

Tabira-PE, 22 de abril de 2024

Célia Cristina Brito Sales Cipriano
Secretária de Educação



ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

SESSÃO PÚBLICA: 08/05/2024, às 08h30min.

LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Nome de fantasia:	
Razão social:	
CNPJ:	
Insc. Est.:	
Optante pelo simples? Sim () não()	
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
CEP:	E-mail:
Telefone:	Fax:
Contato da licitante:	Telefone:
Banco da licitante:	Conta bancária da licitante:
Nº DA AGÊNCIA:	

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						
2						

A empresa: Declara que:

- 1 Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento do material ou produto (s) em embalagens adequadas.
- 2 Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- 3 Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência (Anexo I) do edital desse processo.
- 4 Que NÃO POSSUI como sócio, gerente e diretores, servidores do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME TABIRA/PE, e ainda cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.
- 5 Que o prazo de início da entrega dos itens será de acordo com os termos estabelecidos no anexo I, deste edital a contar do recebimento, por parte da contratada, da ordem de compra ou documento similar, na Rua Eduardo Domingos de Lima, Nº 455, Centro, Tabira – PE CEP: 56780-000 todos os itens serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a discriminação do termo de referência do referido edital ou de má qualidade.

...../UF, de..... de 2024.

.....
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.



**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE
INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

À

AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME TABIRA/PE

AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

....., Portador do RG, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente,, CNPJ....., declara expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no edital acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no edital e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto.

Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

...../UF, de..... de 2024.

.....
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

....., Inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) sr(a)
....., portador(a) da carteira de identidade nº E CPF nº....., declara, para fins do
disposto no inc. V do art. Nº 27 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de
1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()¹.

...../UF, de..... de 2024

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

¹ Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA. (MODELO)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa da licitante), para fins do disposto no edital de licitação: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código penal brasileiro, que:

A) a proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024**, foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

B) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

C) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024** quanto a participar ou não da referida licitação;

D) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

E) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do município de TABIRA-PE, antes da abertura oficial das propostas; e

F) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

...../UF, de..... de 2024

.....
REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

[Nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (LTDA, S.A, etc.), endereço completo, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da carteira de identidade nº [xxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxx], **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

() **MICROEMPRESA** – receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela LC 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 valores, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela LC 147/2014.

Observações:

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

...../UF, de..... de 2024

.....
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

.....
NOME E ASSINATURA DO CONTADOR

(NO CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CRC:



ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

À

AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME TABIRA/PE

AO PREGOEIRO / EQUIPE DE APOIO

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o sr....., portador da carteira de identidade nº..... E do CPF nº, declara não ter recebido do Município de/UF ou de qualquer outra entidade da administração direta ou indireta, em âmbito federal, estadual e municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a administração federal, estadual e municipal.

...../UF, de..... de 2024.

.....
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A(razão social da empresa), CNPJ nº....., localizada à
....., declara, em conformidade com a lei nº 10.520/02, que cumpre todos os requisitos para
habilitação para este certame licitatório **AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME TABIRA/PE – PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 010/2024**

...../UF, de..... de 2024

.....
REPRESENTANTE LEGAL



4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Órgão: 40.000 Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 40.200 Departamento de Desenv. Educacional e Adm. Escolar
Ação: 12.361.4002.2.093 - Manutenção do Programa Salário Educação – QSE
Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Fonte de Recursos: 550 - Transferência do Salário-Educação

Órgão: 40.000 Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 40.100 Secretaria Municipal de Educação
Ação: 12.361.2001.2.015 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação
Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Fonte de Recursos: 500.1001 - Recursos não vinculados de Impostos – Educação

Órgão: 40.000 Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 40.300 FUNDEB - Fundo de Manut. Desenv. da Educação Básica
Ação: 12.361.4002.2.033 - Manutenção das Atividades Administrativas do FUNDEB (30%)
Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Fonte de Recursos: 540.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos/ 541.0000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1 O pagamento será efetuado de forma parcelada conforme a entrega dos produtos, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo Secretário Competente ou funcionário designado pela mesma para este fim e com recibo em anexo;

15.1.10 pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura.

5.2 A Nota Fiscal/Fatura da Contratada tem que possuir o mesmo CNPJ dos documentos apresentados nos documentos de habilitação da licitação, sob pena de não ser processada e não paga.

5.3 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere o direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.4 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que inviabilize seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização;

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.

12.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:



12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1. É VEDADO À CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial das Municípios do Estado de Pernambuco, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Tabira - PE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Tabira-PE, ... de de 2024.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

CPF:

PELO CONTRATADO

CPF: